



## Quadro a quadro

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

**Cinema no Rio:**  
cenas à beira  
do São Francisco

**Mobilidade Urbana:**  
personagens se  
aventuram pelas ruas

**Saúde Ambiental:**  
políticas públicas  
ainda sem foco

# Quadro a quadro

#55. ANO 12 . DEZEMBRO DE 2009



## Nelson Jacó

SUA VIDA DARIA UM FILME

# 23

**Logística reversa** 5  
Rebobine, por favor

**Vazão ecológica** 6  
À espera do próximo capítulo

**Entrevista** 15  
Adaptação do original

**Parcerias** 18  
Quem atua com o Manuelzão



Informativo do Projeto Manuelzão UFMG e de suas parcerias institucionais e sociais pela revitalização da bacia hidrográfica do Rio das Velhas.

Coordenação  
Geral: Marcus Vinícius Polignano  
mupoli@medicina.ufmg.br  
Meta 2010 e NuVelhas: Thomaz da Matta Machado  
Biomonitoramento: Marcos Callisto, Carlos Bernardo Mascarenhas e Paulo Pompeu  
Recuperação vegetal: Maria Rita Muzzi  
Mobilização social e educação ambiental: Marcus Polignano e Rogério Sepúlveda  
Comunicação Social: Elton Antunes  
Publicações: Eugênio Goulart e Letícia Malloy  
Centro de Informação e Documentação: Carolina Saliba

Redação e Edição  
Elton Antunes (MTb 4415 DRT/MG), Anna Carolina Aguiar, Artemis Brant, Filipe Motta, Gabriella Hauber, Jessica Soares, Pâmilla Villas Boas, Stéphanie Bollmann, Thais Marinho e Victor Vieira

Diagramação e Ilustração  
Eduardo Felipe, Fábio Megale, Gabriela Silva, Rolf Elias  
Foto capa: André Fossati  
Projeto gráfico: Atelier de Publicidade do curso de Comunicação Social da UFMG, sob a coordenação de Bruno Martins.  
Equipe: Délio Faleiro, Filipe Alonso, Renata Romero e Stephanie Boaventura  
Impressão: Esdeva

É permitida a reprodução de matérias e artigos, desde que citados o fonte e o autor. Os artigos assinados não exprimem, necessariamente, a opinião dos editores da revista e do Projeto Manuelzão.

Universidade Federal de Minas Gerais  
Departamento de Medicina Preventiva e Social Internato em Saúde Coletiva  
Avenida Alfredo Balena, 190, 8º andar - sl. 813, BH - MG. CEP: 30130-100  
(31) 3409-9818 www.manuelzao.ufmg.br  
manuelzao@manuelzao.ufmg.br

### PARCERIAS E PATROCÍNIO



### COLABORAÇÃO



51 municípios da Bacia do Rio das Velhas

Comitê da Bacia do Rio São Francisco

# Luz, câmera...

Caro leitor,

No cinema, aquilo que não aparece na tela, que não se vê, é condição de sentido para o que se vê. Os quadros da cena e o fora de cena. De alguma forma, muitas coisas por detrás dos textos que aparecem na revista também são condições para que eles estejam ali, para que você possa interpretá-los.

Como a experiência de duas de nossos repórteres, que trazem algumas impressões dos dias que acompanharam o Cinema no Rio. Por dois fins de semana, estiveram em cidades à beira do São Francisco, vivenciando encontros e reencontros de seus moradores com o cinema (p. 11).

Os roteiros que formam esta edição se debruçam sobre várias histórias que dariam filmes. Em qual gênero se enquadraria a mobilidade urbana na capital? Drama, terror, comédia pastelão...? Bem, acompanhamos as aventuras de alguns personagens de carne e osso pelas ruas de Belo Horizonte (p. 8).

Já as conferências de saúde ambiental são verdadeiras trilógias, um filme para cada nível de governo. Estiveram em cartaz nas cidades, nos estados e uma versão está pronta pra estrear em Brasília, agora em dezembro. O tempo está armado para as discussões (p. 16).

Nos dias de chuva, uma estória que está mais para novela do que cinema é o lançamento de efluentes no Ribeirão Arrudas. Estaremos próximos de um desfecho? (p. 20).

Estrelando nosso Perfil, uma homenagem ao mestre Nelson Jacó, cuja despedida deixou saudades e uma obra valiosa na Bacia do Rio das Velhas (p. 23).

Pegue a pipoca e acompanhe quadro a quadro: a sessão já vai começar!

**“Há um incômodo legítimo da sociedade. Essa ida ao São Francisco em caravana caracterizou um ato de campanha”**



FOTO: MÁRCIA KALINE

**MARINA SILVA**, SENADORA E PRÉ-CANDIDATA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PELO PARTIDO VERDE, SOBRE A VIAGEM DE LULA E DILMA ROUSSEF ÀS OBRAS DA TRANSPosição

*“Nessa questão ambiental que reflete na saúde, quem está mais em risco são sempre as populações mais vulneráveis, ou seja, as de menor renda”*

**WANDA GÜNTHER**, PESQUISADORA DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SOBRE OS FATORES SOCIAIS A SEREM LEVADOS EM CONTA NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE AMBIENTAL, EM ENTREVISTA SOBRE O ASSUNTO

## A Morte do Velho Chico

Onde está o Velho Chico?  
Com seus navios a vapor?  
Acabou-se o turismo  
E o povo dispersou  
Em busca de bom emprego  
Pois aqui virou degredo  
E a seca tudo acabou...

Pacu, matrixã e curvina  
Desapareceram do mapa;  
Tantas aves ribeirinhas  
Nem se vê mais e nem acha  
Muitos estão em extinção,  
Tudo aqui virou verão,  
O sol quente é que se racha.

Se este rio morrer  
Morre o povo do sertão  
Tudo aqui vira deserto  
Culpa da desmatação  
Esgotos podres a jorrar  
Tantos lixos a amontoar  
Sem nenhuma correção.

Velho Chico está morrendo  
Este grande servidor  
Das três barragens tão ricas  
Com suas turbinas-motor;  
Tudo fica no papel  
Empedurado no cordel  
Sem justiça e sem amor.

Trecho de cordel de Honorato Ribeiro, morador da cidade de Carinhanha, Bahia, às margens do São Francisco, divisa com Minas Gerais

### Esquecemos

Ao contrário do que aparece na nota “Entre Rios”, edição 54, não apenas o livro *O Caminho dos Currais do Rio das Velhas - A Estrada Real do Sertão*, de Eugênio Goulart, será doado para escolas da Bacia. O livro *Resgate Histórico da Bacia do Córrego Navio/Baleia*, de Mércia Inês, também será distribuído para escolas, para a Biblioteca Pública Luiz de Bessa e para a Associação dos Moradores e Amigos do bairro Pompéia, em Belo Horizonte.



O Projeto Manuelzão recebe cartas, músicas, poesias e mensagens eletrônicas de vários colaboradores. Nesta coluna, você confere trechos de algumas dessas correspondências. Envie também sua contribuição. Participe da nossa revista! [revista@manuelzao.ufmg.br](mailto:revista@manuelzao.ufmg.br)

# A degola do Rio das Velhas

PROCÓPIO DE CASTRO  
Ambientalista e mobilizador do Projeto Manuelzão/UFMG

Um absurdo sem tamanho está para se consolidar nas barbas de Minas. O Rio das Velhas pode ser decepado por uma barragem em sua calha principal, obra que só atende ao projeto da transposição. A proposta é que ela seja construída na calha do Rio das Velhas em Santo Hipólito, logo abaixo da foz do rio Paraúna/Cipó. E isto nos chega com o nome de revitalização do São Francisco. Desde quando interferência em leito natural de um curso d'água pode ser chamada revitalização? Para mim, o único verbete para isto é desnaturalização.

Naturalização, recuperação ou conservação se faz criando condições para que um curso d'água seja conduzido o máximo possível ao que era antes da interferência humana. Isto só é possível não permitindo que cheguem às suas águas efluentes industriais, esgotos domésticos, produtos químicos da agropecuária, assoreamentos provocados pela mineração... Para se renaturalizar ou revitalizar um rio, temos que impedir que as ressacas de nossas atividades o atinjam. Se queremos manter ou aumentar seu volume de água, temos que recuperar nascentes, repor as matas ciliares, reflorestar as áreas de recarga, criar bacias e vales de decantação para impedir seu assoreamento. Além disso, tratar os esgotos e efluentes industriais, diminuir a velocidade e o fluxo das águas no meio urbano, evitando a impermeabilização do solo e criando caixas de contenção das águas de chuvas sob os prédios. Não é com uma barragem que a água voltará. É “tapar o sol com a peneira”.

Aí me pergunto, onde está o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, do saneamento? Qual política do Governo Federal consistente para impedir o desmatamento de florestas nativas na Bacia do São Francisco, e especificamente no Velhas, foi apresentada? Ouvimos falar em revitalização do São Francis-

co desde o lançamento do projeto da transposição. O que há de real? Tudo tem soado tortuoso, pouco claro. Há cheiro de má fé no ar.

A Meta 2010 tem como objetivo revitalizar o Rio das Velhas em seu trecho mais poluído. O lema é navegar, pescar e nadar no Rio das Velhas até o ano de 2010. Recuperar o Rio em suas funções de lazer, transporte e produção de alimento. Já se investiram milhões e várias estações de tratamento de esgoto (ETE) estão em construção. E os esgotos, sendo conduzidos até elas por interceptores. Só com o funcionamento da ETE Arrudas, que realiza o tratamento secundário de 65% do esgoto da Bacia Arrudas, e o início de funcionamento da ETE Onça, os dois principais afluentes poluidores do Rio das Velhas, a melhoria foi sentida pela volta do peixe. É pouco, mas não é qualquer coisa. Estamos falando de um bioindicador, de um ser vivo que se desenvolve dentro das águas do Velhas e que tinha sumido. Alguns peixes que há anos não chegavam à grande Belo Horizonte já estão sendo pescados em Rio Acima. O dourado já alcança o Ribeirão da Mata.

O que fará esta barragem além de acumular água para regularizar a vazão do São Francisco e ter excedente para a transposição? Adeus, pescarias... Devido ao grande número de dejetos e material orgânico em suas águas, o mais provável é que este vire um grande lago malcheiroso e infestado de cianofíceas, as famigeradas algas azuis produtoras de toxinas prejudiciais à vida humana e dos animais. Isto não é difícil de acontecer, pois nos últimos anos sua infestação foi tamanha que já colocou o baixo Velhas em alerta.

Minas permitirá isso? É o que queremos para este nosso Rio, que já sofreu tanto em seus 400 anos de exploração? ●

# Vai e volta

## LOGÍSTICA REVERSA AINDA É UM DESAFIO, MAS ALGUNS AVANÇOS EM MINAS MOSTRAM QUE É POSSÍVEL COLOCÁ-LA EM PRÁTICA

ISADORA MARQUES E JÚLIA MARQUES  
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Lembra de quando as garrafas de refrigerante só eram feitas de vidro? Depois de consumir, cada um levava a sua para comprar outra cheia. Os cascos voltavam para as fábricas e lá eram reutilizados para colocar mais refrigerante. Isso é a logística reversa: o fluxo de retorno dos produtos para os fabricantes após o consumo, na tentativa de reaproveitá-los de alguma forma. Resultado: quantidade menor de lixo para os aterros.

O fluxo reverso é tão importante que ganhou legislação federal específica. É o caso das pilhas, baterias, pneus e embalagens de agrotóxicos. Esses produtos demoram muito tempo para serem decompostos ou liberam substâncias nocivas ao meio ambiente. É obrigação do fabricante recolher e reprocessá-los para evitar que sejam descartados junto com o lixo orgânico.

### POR ONDE VOLTA ENTÃO?

A adequação a essas leis ainda está engatinhando, mas já é possível perceber avanços. É o que ocorre com as embalagens de agrotóxicos. Das que entram em Minas, 95% retornam para a reciclagem ou para a incineração em um ano. De acordo com o coordenador de fiscalização do uso e comércio de agrotóxicos do Instituto Mineiro de Agropecuária, Thales Fernandes, o sucesso desse recolhimento é resultado de uma parceria entre fiscalização e informação. As indústrias recolhem as embalagens porque sabem que a multa é pesada. Em contrapartida, é feita uma campanha forte para estimular o agricultor a devolver. “Todos sabem disso, já fizemos várias palestras, cartazes, folders, colocamos isso na rádio, até o padre fala”, brinca Thales.

Divulgação é o que falta ainda para a logística reversa de pneus. A Superintendência de

Limpeza Urbana de Belo Horizonte disponibiliza um galpão na BR 040, bairro Jardim Filadélfia, para guardar os pneus que vêm das borracharias. Além disso, existem espalhadas por BH 31 Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes, onde as pessoas podem devolver os pneus usados. Daí, os fabricantes recolhem esse material e levam para indústrias de reciclagem.

E as pilhas e baterias? Existe uma norma que regulamenta a quantidade limite dos componentes tóxicos. Os fabricantes que produzem materiais cuja composição excede esse limite são obrigados a recolhê-los, mas a maioria não faz isso. Os Correios de Minas tomaram a iniciativa de colocar cata-pilhas em 42 agências espalhadas por 11 cidades mineiras, 23 em Belo Horizonte. Quem tem pilha ou bateria de celular usada pode depositar no recipiente adequado. Dos Correios, elas vão para uma empresa recicladora em São Paulo.

### QUEM LEVA?

Os dados revelam que os consumidores participam muito pouco. Em média, 200 quilos de pilhas são recebidos por mês em todo o estado. “Ainda é insignificante o que a gente arrecada em cima do volume comercializado de pilhas”, pondera o diretor dos Correios, Fernando Miranda.

Para a consultora ambiental, Gisele Mello, é necessário maior número de postos de coleta, em locais de fácil acesso. Mas a grande dificuldade ainda é fazer as pessoas se interessarem em devolver o material usado, seja por meio de descontos na compra de novos produtos ou pela obrigatoriedade. “A gente tem mania de colocar que o produtor é o grande vilão, mas não adianta ele montar o canal, colocar acessíveis os pontos de coleta se os consumidores não fizeram nada”, afirma Gisele. ●



ILUSTRAÇÃO: EDUARDO FELIPE

O caminho do reaproveitamento existe, mas nem sempre é tomado

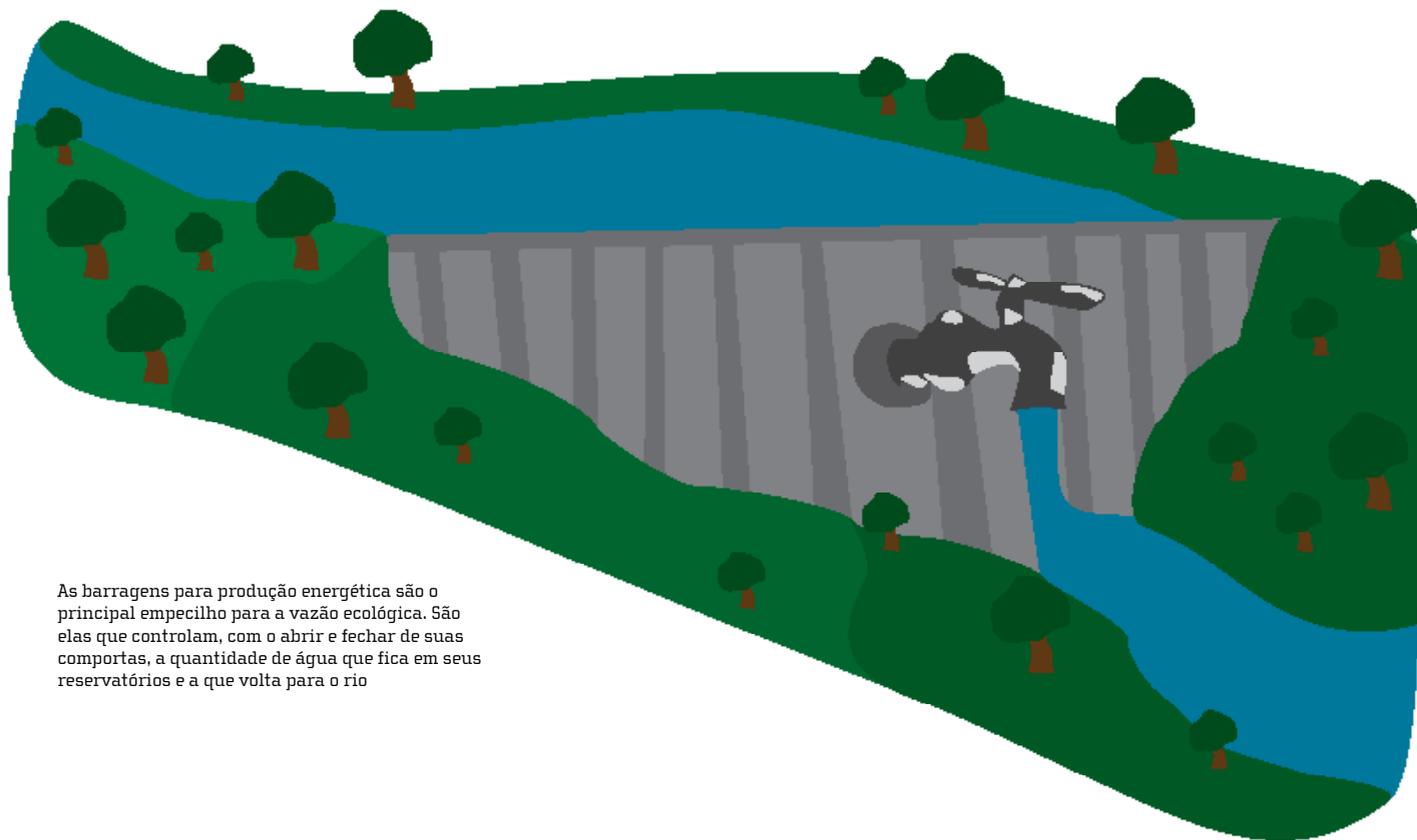
# É hora de apertar a torneira

## CONTROLE DA VAZÃO DOS RIOS PODE AJUDAR NA MANUTENÇÃO DO ECOSISTEMA

GABRIELLA HAUBER E STÉPHANIE BOLLMANN  
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Quem dera o conceito de vazão ecológica fosse consenso. Não é. Tem gente que usa o termo achando que é outra coisa, gente que chama de outra coisa achando que é o termo. E que confunde vazão ecológica com outro tipo de vazão. Existe uma confusão danada sobre o que seja vazão mínima, máxima, alocável. Em uma definição geral, pode-se dizer que vazão ecológica é a quantidade de água que um rio precisa manter para garantir a vida aquática, do ecossistema ao seu redor e dos que dele dependem. Mas qual é a quantidade de água necessária para isso? Como calculá-la? Esses são outros dos dilemas que envolvem a vazão ecológica.

As dúvidas são, em parte, porque o termo é novo, da década de 1990. Também não há uma lei que exija o estabelecimento de uma vazão ecológica. Essa é uma decisão dos comitês de bacia, de levar em conta ou não o conceito em seu Plano Diretor. Pouquíssimos comitês fazem isso. No Brasil, o São Francisco é praticamente o único. No seminário “Metodologias para Definição da Vazão Ambiental”, realizado no final de setembro na Bahia, foram discutidas maneiras para se estabelecer a vazão ambiental – olha aí outra denominação – e uma proposta foi apresentada pela professora Yvonilde Medeiros, pesquisadora da Universidade Federal da Bahia. Mas muita coisa tem que ser discutida ainda.



As barragens para produção energética são o principal empecilho para a vazão ecológica. São elas que controlam, com o abrir e fechar de suas comportas, a quantidade de água que fica em seus reservatórios e a que volta para o rio

ILUSTRAÇÃO: FÁBIO MEGALE

## QUAL VAZÃO?

Segundo o professor do Departamento de Engenharia Hidráulica e de Recursos Hídricos da UFMG, Bruno Versiani, a existência de tantos conceitos para a vazão pode estar ligada ao fato de existirem muitas metodologias de cálculo. A vazão mínima, por exemplo, seria, como o nome já diz, a quantidade mínima para se manter o rio vivo. Pode ser calculada pelo método chamado  $Q_{7,10}$ . Calcula-se a vazão do rio durante os sete dias consecutivos com o menor volume de água em dez anos. É uma vazão mínima que ocorre, em média, de dez em dez anos. Mas, pense bem, uma vazão que acontece em média a cada dez anos é muito baixa, não é a vazão normal do rio. E estipular esse valor como parâmetro pode ser bom para manter todos os usos da água, mas para garantir a sobrevivência do ecossistema, nem tanto.

Para isso existe a vazão ecológica, tentar conciliar os diversos usos da água com a sobrevivência das plantas, peixes e outros animais. E ela não é a mesma em todas as partes do rio ou épocas do ano. Varia. Aí está outra grande diferença entre a vazão mínima e a ecológica. Na época das chuvas, por exemplo, a vazão precisa ser maior, para garantir as condições de reprodução dos peixes. Já na época de seca, esse valor pode ser menor. Para a analista ambiental do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, Fabríni Pires, “não tem nenhum método que define a vazão ecológica ideal, cada curso d’água tem uma espécie aquática, um equilíbrio, que deve ser mantido de uma forma diferente”.

A vazão alocável seria a quantidade de água que pode ser retirada de um rio sem ultrapassar o valor estipulado, seja pela vazão ecológica, seja pela vazão mínima desse mesmo curso d’água. Se a vazão de um rio é, normalmente, de  $1500 \text{ m}^3$  e foi estipulado que sua vazão ecológica seja de  $1100$ , a vazão alocável é de  $400$ . Esse é o valor máximo de água que pode ser retirado para a irrigação, mineração, ou qualquer outra atividade.

## E O CHICO COM ISSO?

A proposta de vazão ambiental pode ser um verdadeiro instrumento de gestão das águas do São Francisco. Porque, se estipulada uma determinada quantidade de água que obrigatoriamente deve chegar até a foz, todos os usos e outorgas – as autorizações de utilização – têm que ser muito bem pensados para não ultrapassarem esse valor. E as águas do Velho Chico são utilizadas para inúmeras coisas: irrigação, abastecimento humano, dessedentação animal, mineração, indústria, navegação e produção de energia elétrica. Todos eles precisam ser levados em conta e a quantidade para cada um deles, acordada.

O que complica mesmo a situação é a quantidade de hidrelétricas espalhadas ao longo do São Francisco. Acaba que são elas que controlam a vazão, abrindo e fechando suas comportas. Há, inclusive, uma espécie de inversão da vazão. No período de cheias, as hidrelé-

tricas aproveitam para encher suas barragens. Com as comportas fechadas, pouca água é liberada e o Rio, que deveria estar cheio, fica vazio. Já na época de seca, os reservatórios hidrelétricos liberam a água que estava armazenada, fazendo com que o Rio fique cheio, mesmo que não tenha chovido. Por causa disso, na época das secas, a vazão fica maior do que naturalmente ficaria, para garantir o abastecimento energético.

Mexer com a vazão ecológica é, então, esbarrar nos interesses das hidrelétricas. “Elas operam só pensando na energia elétrica. Falar em vazão ambiental eles acham um delírio, coisa de ecologista”, conta o coordenador do Projeto Manuelzão e presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco, Thomaz da Matta Machado. Como primeiro plano para tentar resolver o problema da vazão, o Comitê do São Francisco adotou, em 2000, na época da elaboração do seu plano diretor, uma vazão mínima para o Rio, que é de  $1300 \text{ m}^3/\text{s}$ . A partir disso, foi determinada também uma vazão alocável de  $360 \text{ m}^3/\text{s}$ .

Mas essa vazão mínima é provisória, um passo para se chegar à vazão ecológica, que levará em conta os períodos de secas e cheias. Por isso, não é necessariamente um número, seria um gráfico que respeitasse as variações do volume de água ao longo do ano. Desde o seminário que a proposta para essa vazão já está caminhando. Inicialmente, é uma proposta só para a foz, mas a ideia é chegar a outros trechos e nos afluentes. “O rio morre da foz para a nascente. Se você resolve o problema da foz, resolve um pouco o problema do conjunto”, afirma Thomaz.

Proposta feita, agora resta ao comitê discuti-la com todos que possuem outorga de uso das águas do São Francisco, como hidrelétricas, irrigantes e empresas de saneamento. Aí é uma longa história cheia de acordos, na qual lidar com interesses divergentes é inevitável.

## NO CAMINHO, A TRANSPOSIÇÃO

Mesmo levando em conta somente a vazão mínima, a transposição já coloca em risco a qualidade e a quantidade das águas do São Francisco. Será então que, se a vazão ecológica for adotada pelo comitê, a transposição dará conta de respeitá-la? É provável que não. O São Francisco não tem água suficiente para manter a vazão ecológica, sustentar a transposição e ainda garantir os usos atuais. “O problema da transposição é que não tem água para ela”, afirma Thomaz. Segundo ele, se for manter a vazão ambiental, garantir a barragem de Sobradinho cheia e a irrigação na Bahia, por exemplo, na hora de distribuir a água não vai sobrar para a transposição.

Thomaz acredita que é uma questão de escolha: ou um ou outro. Há a possibilidade de pegar o caminho da revitalização, incorporando a vazão ecológica, inclusive no regime das barragens, e evitar as obras da transposição. Ou o caminho contrário, que pode levar a morte do São Francisco, como aconteceu com o Rio Amarelo, na China, e tantos outros que foram secando, secando, até não chegar mais na foz. ●

# O que o termômetro não mede

## PROBLEMAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSETORIAIS REVELAM A DIFICULDADE DE INTEGRAR SAÚDE E MEIO AMBIENTE

VICTOR VIEIRA  
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Esqueçam as ambulâncias. Existe uma urgência na saúde brasileira que não se resolve no pronto-socorro. A saúde ambiental não é uma questão clínica, mas de qualidade de vida. É levar em consideração fatores como saneamento, destinação de resíduos, uso e ocupação do solo, educação e integração entre as áreas para combater as doenças antes mesmo que aconteçam.

E nosso caso é grave? Não se sabe ao certo. Esse debate é recente. Ainda não há uma política nacional específica para a saúde ambiental no Brasil e muitos dos gestores municipais nem ouviram falar disso. Ela aparece pouco na agenda das secretarias. O quadro promete mudar com as tentativas do Governo Federal de aumentar o número de políticas públicas que integram diversas áreas. Como para todo problema de saúde, quanto antes começa o tratamento, melhor.

### OUTRA VACINA

Que prevenir dá mais certo que remediar, todo mundo está careca de saber. A pesquisadora de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Wanda Günther, avalia que muitas vezes se pensa diferente. “Nossa política de saúde é assistencialista. Mais voltada para o aspecto curativo do que o preventivo”, critica. A saúde ambiental atua na linha contrária, nas estratégias de planejamento. Diminuir a poluição para evitar que haja doenças respiratórias, por exemplo.

Estamos longe de ter alta: o governo tem dificuldades para associar saúde, meio ambiente e outros setores nas ações e políticas públicas. Muitas vezes os gestores não dialogam. Além disso, “a lógica de financiamento dos ministérios e secretarias é funcionar de modo separado”, explica o pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Carlos Freitas.

Na interação entre os ministérios, um dos principais trabalhos é no saneamento. O Ministério das Cidades é responsável pelas políticas públicas e pelas obras nessa área, em municípios com mais de 50 mil habitantes. Nas cidades menores, essa atribuição é da Fundação Nacional de Saúde. Esses órgãos trabalham articulados com mais três ministérios: Saúde, Integração Nacional e Meio Ambiente. A coleta e o tratamento de esgoto contribuem para evitar doenças diarreicas, uma das principais causas de morte entre as crianças.

E as vantagens também chegam aos cofres públicos. De acordo com o presidente do Instituto Trata Brasil, ONG que luta pela universalização do acesso à coleta

e tratamento de esgoto, Raul Pinho, cada real investido em saneamento representa uma economia de quatro reais nos gastos com a assistência médica. Outro destaque são os programas de vigilância da qualidade do ar, da água e do solo.

Só que aí, a integração também empaca. O coordenador do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Geraldo Abreu, dá o exemplo do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) relacionado à habitação. Uma das propostas do MMA era a obrigatoriedade de sistemas de captação de energia solar nas casas financiadas pela Caixa Econômica Federal. Quando foi assinado o projeto, o acordo ficou diferente e acabou se tornando facultativo. O uso de fontes energéticas alternativas pode reduzir a exploração de recursos naturais. Menos agressão ao meio ambiente, menos impacto na saúde das pessoas.

### CUIDADOS ESPECIAIS

A coordenadora de Vigilância Ambiental da Secretaria de Saúde de Minas, Berenice Vieira, conta que o trabalho que fazem é novo e pouco conhecido no estado. Por esse setor, já passaram biólogos, geógrafos e veterinários. Segundo ela, boa parte da atuação da Vigilância está em campanhas educativas e identificação de situações de risco. Um dos problemas mais complicados é o combate à dengue e à esquistossomose.

E as cidades menores, como ficam? Nelas, a intersectorialidade é um desafio ainda mais complicado. Segundo Geraldo, menos de um terço dos municípios brasilei-



Reunidos em conferências por todo o país, representantes de vários setores da sociedade discutiram propostas para a saúde ambiental

ros conseguem realizar uma gestão ambiental efetiva. Há casos em que a Secretaria de Meio Ambiente está vinculada a outra secretaria, onde o assunto também nem é tratado.

Na sua maioria, essas cidades têm pouco acesso a dinheiro e informação, o que dificulta pensar em saúde ambiental. Entretanto, o assessor técnico do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, Marcos Franco, aponta que a situação varia muito de estado para estado. Segundo ele, boa parte das cidades de Minas possui algum tipo de atribuição relativa à vigilância ambiental na prática. Geraldo aponta a importância de mudanças na estrutura. “Quanto mais descentralizada estiver a gestão, mais fácil o cidadão fiscalizar”, afirma.

#### ONDE DÓI?

Um diagnóstico demanda uma bateria de consultas e exames. Por causa disso, foram criadas este ano as Conferências de Saúde Ambiental. Elas são uma iniciativa inédita dos Ministérios da Saúde, Meio Ambiente e Cidades. Estão sendo realizadas em etapas municipais, estaduais e a fase nacional ocorre no início de dezembro. A intenção desses eventos é levantar propostas para nortear o governo na elaboração de políticas públicas nessa área. Para fazer um diagnóstico mais confiável, é bom ter uma segunda opinião. Até uma terceira, quarta, quinta...

As Conferências de Saúde Ambiental contam com a participação de muita gente. Universidades, movimentos sociais, poder público, trabalhadores e organizações não governamentais (ONGs) deram suas opiniões no que deve ser prioridade. Uma legislação nacional, baseada nessas proposições, poderá ser útil para orientar as cidades menores a formular suas próprias políticas na área.

A saúde ambiental vista pelas Conferências tem várias caras pelo país afora. Se nas metrópoles a pauta pode abordar o problema da poluição do ar, essa não é bem a

realidade dos pequenos municípios. De acordo com Marcos Franco, também devem ser observadas as atividades econômicas. O tratamento de onde existem lavouras com agrotóxico deve ser diferente dos lugares com ocupação industrial. Em relação à gestão das águas, há interesse de fortalecer os comitês de bacia a partir do ano que vem. Para as cidades pequenas que não tiveram condições de realizar suas próprias conferências, uma possibilidade foi a organização de eventos regionais.

Outro objetivo das Conferências é aproximar setores diversos do governo. Nem sempre isso funciona. No evento em Belo Horizonte, a participação das Secretarias de Meio Ambiente e Políticas Urbanas foi pequena. Pior que estar doente, é não saber quem vai cuidar. Segundo a integrante do Conselho Municipal de Saúde de BH, Kátia Ferraz, uma das principais dificuldades nas discussões era entender até onde vai a competência de cada gabinete. ♦

#### Na saúde e na doença

Não é só no governo que está difícil ver saúde e meio ambiente enfiados juntos. Os acadêmicos conversam pouco sobre o assunto. No Brasil, são 489 grupos de pesquisa e 186 organizações da sociedade civil preocupados com a saúde ambiental. Nesses trabalhos, predomina um enfoque nos agentes causadores da doença e não no contexto da região. “Na maioria, são pontuais e poucos envolvem a comunidade ou trabalhadores afetados”, explica Carlos Freitas, da Fiocruz. Os grupos de pesquisa tendem a ficar mais isolados, sobretudo devido ao sistema de financiamento desses trabalhos. Já as organizações da sociedade civil se comunicam mais: usam encontros, ações conjuntas, redes virtuais, seminários e assim conseguem trocar ideias.

# Ferramenta para as águas

PESQUISADOR NORTE-AMERICANO FALA DA IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE ÍNDICE BIÓTICO PARA PRESERVAÇÃO DOS AMBIENTES AQUÁTICOS NO BRASIL

PÂMILLA VILAS BOAS  
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Estabelecer uma metodologia única para o monitoramento dos ambientes aquáticos no Brasil é o sonho do professor da Universidade Estadual de Oregon, nos Estados Unidos, Robert Hughes. Ele, que também é pesquisador na área de proteção dos ambientes aquáticos do EPA, sigla em inglês que significa Agência de Proteção Ambiental, tem profetizado a importância do Índice de Integridade Biótica (IBI). O Índice é utilizado para estabelecer o quanto um ambiente aquático pode estar prejudicado pela ação do homem analisando vários aspectos desde a vegetação até o tamanho do rio, passando pela biodiversidade aquática. Sem desprezar a importância das pesquisas realizadas no Brasil, Hughes aponta a necessidade de reunir todas as informações sobre o assunto para criar metodologias a serem usadas em todo o país. Este ano, está no Brasil trabalhando com o Núcleo Transdisciplinar e Transinstitucional pela Revitalização da Bacia do Rio das Velhas, o Nuvelhas. O biólogo Carlos Bernardo Mascarenhas é integrante do Nuvelhas e também participou da entrevista.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Robert Hughes acredita na padronização de metodologias para a preservação da biodiversidade

## Quando surgiu o IBI e por quê?

**ROBERT:** O IBI foi criado em 1981. A ideia era comunicar vários aspectos sobre o ambiente aquático em um número. O pesquisador James Karr propôs o IBI para entender o estado de conservação dos ambientes e transformou tudo em números para comparar.

**CARLOS:** Você pode pegar os valores e comparar entre locais diferentes ou ao longo do tempo para saber se o local está melhorando ou piorando. Não são só os benetos, peixes, qualidade de água, ambiente, é tudo junto.

## O que a criação desse índice significa para o monitoramento de ambientes aquáticos?

**ROBERT:** Tínhamos áreas nos EUA com IBI muito baixo. Gastaram milhões de dólares para recuperar e hoje podemos nadar, beber água, pescar, andar de caiaque. O IBI conseguiu mostrar as melhoras que ocorreram e os pontos críticos. Ajudou os cientistas e as agências de governos a convencer as indústrias e cidades que é preciso gastar dinheiro.

**CARLOS:** Vários pesquisadores vieram aqui e olharam o Arrudas e disseram que há 50 anos seus rios eram iguais, só que agora, neles se pode nadar e pescar.

## Como foi o processo de padronização do IBI nos EUA?

**ROBERT:** Nos Estados Unidos tem Mata Atlântica, deserto, floresta decídua, planícies. Você não pode

esperar que o IBI seja igual. A gente tem referências, listas e métricas que são calibradas de acordo com o local. Nos EUA foram três estados que lideraram a nação para essa mudança em monitorar ambientes aquáticos. Ohio, Maine e Oregon. Minha opinião é que Minas pode ser o estado a liderar isso no Brasil por que tem boas Universidades, gente trabalhando.

## Quais as dificuldades para criar um método único no Brasil?

**ROBERT:** Vocês têm que ter conhecimento das espécies para saber do que estão falando. Não tem que saber tudo, o que tem já é suficiente para começar. Pesquisadores do Nuvelhas, por exemplo, já estão fazendo as pesquisas básicas.

**CARLOS:** Outros estados brasileiros fizeram uma adaptação do índice original que, para mim, foi incompleta. Não usam todos os parâmetros e as métricas do IBI. Esse que estamos adaptando é muito consistente em termos matemáticos e estatísticos. Tem que entender o que você está medindo para fazer em cada lugar a sua adaptação. Eu não posso na Amazônia medir parâmetros que são comuns no cerrado. A ideia é ter índices regionalizados ou por bioma. ♦

# Projeções do rio

DE CIDADE EM CIDADE, PROJETO TRANSFORMA  
AS MARGENS DO SÃO FRANCISCO EM SALA DE CINEMA

PÂMILLA VILAS BOAS E STÉPHANIE BOLLMANN  
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

**N**a rua de paralelepípedos e casinhas coloridas, uma movimentação estranha, nada usual. Pessoas passam carregando cadeiras, lonas, equipamentos. Alguns moradores espiam das janelas, põem as cabeças para o lado de fora da casa. Uma senhora caminha até a calçada. “Vai ter filme aí hoje, né?!”. “Sim, é o Cinema no Rio. A senhora vai assistir?”. Dona Cecília diz que não sabe. A hora da sessão é a mesma do seu culto. Papo vai, papo vem, descobrimos que Ciça nem é tão senhora assim. Tem apenas 52 anos. As rugas e a pele esturricada vêm de uma vida de muito trabalho e até sofrimento. Antes da água encanada, carregou muita lata na cabeça, subindo e descendo os barrancos do Velho Chico. A rua da pequena vila de Angico, na Bahia, quase divisa com Minas, aos poucos vai se transformando numa sala de cinema a céu aberto.

Começa a escurecer e Ciça tem que se despedir. Muita coisa por fazer. Uma vizinha passa e pergunta se ela vai mesmo ao culto. “Não sei, tem que dar banho nos meninos ainda...”. De noite, quando a escuridão já é suficiente para iniciar a sessão, surge uma penumbra na janela da casa amarela. O vulto sobe no parapeito e senta sobre as pernas. Com a mão no queixo, Ciça acompanha todo o primeiro filme. Depois sai. E volta. Fica nesse ir e vir por quase toda a sessão, mas assiste até o fim.



## NASCENTE

Essa história de cinema a céu aberto tinha começado há alguns anos, em 1994, na Praça da Liberdade, centro de Belo Horizonte. Para divulgar uma rádio que nem existe mais, eram exibidos filmes nas ruas e praças de BH. Era uma ideia meio maluca, que pouca gente botava fé. E tinha mesmo um monte de dificuldades. A estrutura do telão, por exemplo. De metal, difícil de montar, pesado e perigoso. Com chuvas e ventos fortes podia cair e machucar pessoas. Essas dificuldades impediam Inácio Neves, diretor da Cinear, produtora responsável pela execução do projeto, de dar um salto mais ousado.

Foi quando o principal problema das exposições foi resolvido com o desenvolvimento de um telão inflável. Tipo um pular, só que em formato de tela. Bem mais fácil de montar e resistente ao vento e às chuvas. Depois de ultrapassada a barreira técnica, finalmente pode ser posto em prática um velho projeto. O Cinema no Rio. Já não tinha mais nada a ver com a divulgação da rádio. O objetivo era passar por cidades

à beira do São Francisco fazendo exibição de filmes. Aprovado na lei de incentivo a cultura, o projeto pôde ser realizado.

Na primeira edição, em 2004, a ideia do Projeto era fazer o caminho só de barco. Tanto que a viagem começou por Pirapora, Norte de Minas, onde o São Francisco já é navegável. O objetivo era que o Chico fosse o fio condutor do projeto. De lá para cá, a ideia foi tomando corpo. O Cinema no Rio já chegou a ir até a foz, mas esse ano foi diferente. Partiu da região da Serra da Canastra, onde nasce o São Francisco. E foi até Angico, distrito de Carinhanha, na Bahia.

No início, em 2004, existia a proposta de levar cultura para essas populações, “só que chegava lá e a gente se deparava com uma cultura muito maior do que a nossa”, conta Inácio. Por isso que, além do longa, a equipe do Cinema no Rio começou a exibir filmes das cidades, feitos alguns meses antes, durante a pré-produção do projeto. Esse ano, na quinta edição, antes do longa, dos curtas e animações, era o filme da cidade que abria a sessão e deixava moradores boquiabertos e eufóricos.

As sessões não tinham hora certa para começar. Era só escurecer para o filme começar a rodar



FOTO: ANDRÉ FOSSATI

## DENTRO DO FILME

Aos 102 anos, Clarindo bem que gostaria de voltar no tempo, quando ia ao cinema da cidade. Hoje, nem vestígio, só a expectativa. Seus olhos não deixam a tela, mesmo que ela ainda esteja em branco. Não quer perder nem um segundo. Quando começa a sessão, nem pisca. O sorriso é tão intenso que parece atingir seu limite. Era como se só existissem os dois. A tela e ele. E no momento em que assistia a sua imagem, lá na tela, falando sobre sua cidade, ficava ainda mais boquiaberto. Se a sua reação era de quem tentava esgotar a capacidade de transparecer um sorriso, o resto dos moradores de São Roque de Minas que lotavam a praça gritava mesmo. O Clarindo que aparece na telona fala “esse mundo abaixo, como é grande...” enquanto o Clarindo que senta na cadeira sorri. Pessoas gritam, outros choram de emoção. Tudo ao mesmo tempo. Cenas diferentes, reunidas para manifestar a experiência de não assistir cinema sozinho, de assistir a céu aberto.

Durante as sessões, o que não faltou foi pipoca voando para todo lado. As crianças eram as responsáveis pelos sacos de

FOTO: ANDRÉ FOSSATI



Não era só nas cadeiras. As pessoas ficavam em pé, se apoiavam nas paredes e sentavam no chão para assistir às sessões

pipoca espalhados pelo chão. Muitos reclamaram da falta de educação, mas como segurar a exaltação da criançada ao ver aquela luz que saía do projetor? Lançavam os sacos para ver a sombra na tela, para testar o que acontecia de verdade. Festa de bolinhas coloridas.

A bagunça da criançada já distraía. E a dificuldade era justamente essa, fazer todo mundo prestar atenção nos filmes em meio a tantas distrações que uma praça oferece. Pessoas se levantam, outras sentam, passam carros. Os organizadores queriam colocar filmes com que as pessoas se identificassem. Histórias que façam parte da vida dos pescadores, ou dos moradores de pequenas cidades no interior. Mas nem sempre essa identificação acontece. As sessões sempre esvaziavam quando era exibido o curta “Nascente” que mostra a descida, de barco, de um pescador, desde o Ribeirão Arrudas, em Belo Horizonte, passando pelo Rio das Velhas, até a foz do São Francisco. Nesse caso, o filme tem tudo a ver com a realidade das comunidades. Mas não tem som, falas. Quase não tem cortes e a imagem não muda muito. César Guimarães, professor do Depar-

tamento de Comunicação Social da UFMG e especialista em cinema, diz que é enganoso acreditar que as pessoas vão se identificar com o filme apenas por tratar de temas próximos da sua realidade. Corre o risco de simplificar a experiência do espectador. A diferença está na escritura, na forma como a narrativa do filme se desenvolve.

A identificação tem menos a ver com a ligação direta das pessoas com o filme do que com a forma como é contada a história. O filme “Tapete Vermelho”, por exemplo, chamou a atenção. Talvez por se aproximar da maneira como as pessoas estão acostumadas a ouvir e contar histórias. Em uma conversa com pescadores de Carinhanha, o que não faltou foram casos. Todos falavam

ao mesmo tempo, interrompia centavam novos fatos, mudava parecido com o enredo de principal é de um pai que nena para ver um filme do personagem ropi. Mas, dentro dessa história, várias outras. Um violeiro que tem pacto com o diabo, o assassinato um sem terra, a perda do filho no meio do caminho. Foi justamente no começo desse filme que, em Carinhanha, a tela do cinema caiu, murchou, e teve que ser remontada. Alguns minutos depois, a tela se levantou e caiu novamente. Mas as pessoas permaneceram sentadas, esperando a volta do “Tapete Vermelho”.



### NADA DE NOVO

O cinema não é uma completa novidade para os moradores. Muitas das cidades já tiveram suas salas de exibição durante as décadas de 1940, 50 e 60. A região da nascente do São Francisco, por exemplo, já foi muito próspera. Na época do diamante, era cheia de garimpeiros, pessoas de vários cantos do país. Vargem Bonita, outro município da região, com cerca de dois mil habitantes, chegou a ter, na época do garimpo, uns 30 mil, relembra o morador da cidade, José Faria. Tinha circo, roda de viola e uma sala de cinema, é claro. “Era cinema de válvula, mas não tem foto”, explica José Faria. Zé Boneco, outro morador, sempre dava um jeito de entrar no cinema sem pagar para ver os filmes de faroeste. Ele conta que era comum a luz acabar no meio dos filmes. Aí tinha que voltar no outro dia para terminar de assistir.

Em São Roque não foi diferente. Da década de 1940 até a de 60, teve o Cine Oeste, nem sempre com esse mesmo nome. Zeca Gonçalves, morador da cidade, lembra que quinta e sábado era dia de seriado. Segundo ele, o primeiro filme exibido por lá foi o “Aves sem ninho”, de Raul Roulien. Já Aparecida, se lembra do “Romeu e Julieta”, de Franco Zeffirelli, e de que as sessões eram muito cheias. Leandro Gomes, lembra dos filmes “Casa de Bambu”, de Samuel Fuller, e “Príncipe Valente”, de Henry Hathaway, e hoje lamenta: “não temos mais nada. Para a juventude é só bar”. Ele sente falta dessa época.

Se sobre o primeiro filme não há consenso, sobre como eles chegavam às cidades também não. O fato é que era comum o filme não chegar a tempo da sessão. Alguns dizem que era porque tinham que ir buscar o filme a pé, em Piumhi, uma cidade um pouco maior da região. Outros porque buscavam a cavalo

ou porque vinham numa jardineira velha que sempre dava problema no caminho. Quando chegava, o filme ia para todas as salas da região. Florêncio Neves conta que nasceu em São Roque, mas que se mudou cedo. Uma vez, voltou a sua cidade e resolveu ir ao cinema. Comprou o ingresso. Era o único esperando o início da sessão. Foi quando veio a moça do cinema avisar que não teria exibição porque o filme não tinha chegado.

E por que tudo isso acabou? No caso dessas cidades, tem a ver também com o fim da exploração do diamante. O Ibama proibiu o garimpo. A cidade praticamente morreu. O cinema fechou, grande parte dos moradores foi embora.

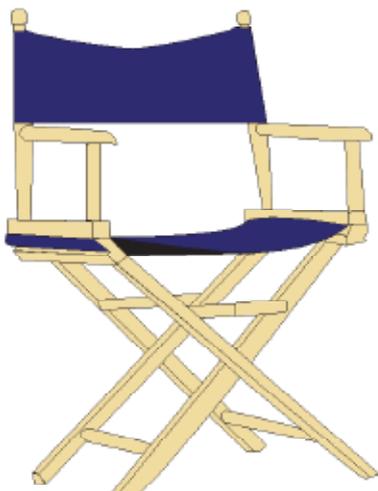
Outras pessoas dizem que a culpa é da televisão. Mesmo que para alguns o cinema não faça falta, dá para sentir a nostalgia ao ver a tela inflável, muito maior do que as de antigamente, e a alegria de ver a projeção em película, como nos velhos tempos. Se muitos admitem a facilidade de ver filmes na TV, outros não se conformam com o fim dos cinemas e das histórias das idas às sessões. Muita gente saía da roça a pé ou a cavalo para ir ao cinema. Aproveitavam do escurinho para dar uma escapada do rigor das famílias da época, que não deixavam nem pegar na mão das namoradas. O problema era quando os rolos de filme, que não eram muito bons, arrebentavam e as luzes se acendiam. Roque Gonçalves foi projetista do Cine Oeste, em São Roque, e conta que para conter os casais mais apaixonados o dono do cinema pintou na parede: “teus amigos estão te observando”.

Outro projetista de São Roque, Antônio do Chico, não concorda que a TV tenha sido a única culpada. “Cidade pequena, pouca freguesia. Metade [do dinheiro] da portaria tinha que pagar para a distribuidora das cópias e tinha

FOTO: ANDRÉ FOSSATI



Eram as crianças que lotavam as sessões e não tiravam os olhos da tela



ILUSTRAÇÕES: FÁBIO MEGALE

uma cota. Aí, dava prejuízo”. Parece que existia uma turma muito frequente, que ia às sessões e também nas reprises. Mas com o tempo, esse público foi diminuindo, talvez até por causa da TV, e os cinemas pararam de dar lucro.

E não foi só na região da nascente que teve cinema. Iguatama e São José do Buriti, ainda em Minas Gerais, Malhada, Carinhanha e até o pequeno distrito de Angico, na Bahia, também tiveram algum tipo de experi-

ência com o cinema. Sempre tem alguém que se lembra do tempo em que os cines faziam parte da vida das pessoas, seja pelas salas de cinema seja pelos ciganos, que viajam pelas cidades fazendo exhibições. Daí vem a nostalgia. De forma diferente, com mais graça e recurso, chega o pessoal do Cinema no Rio se fossem os ciganos de hoje que agora passe São Francisco.

Em algumas cidades, como em Malhada, na Bahia, o filme era exibido bem ao lado do Rio São Francisco



FOTO: ANDRÉ FOSSATI



## Em Cartaz

Durante os 20 dias de exibição em São Francisco, cinco animações, quatro longas se revezaram nos dias eram exibidos, todos os dias, o filme da cidade, uma ou duas animações, um curta e o longa.

### ANIMAÇÕES

Historietas Assombradas – Victor Hugo Borges

Matinta Perera – Humberto Avellar

O Jumento Santo e a Cidade que se Acabou Antes de Começar – Leo D. e William Paiva

A Moça que Dançou Depois de Morta – Ítalo Cajueiro

Até o Sol Raiá – Fernando Jorge e Leandro Amorim

### CURTAS

Negócio Fechado – Rodrigo Costa

No Princípio Era o verbo – Virgínia Jorge

Canoa Veloz – Joe Pimental e Tibico Brasil

Nascente – Helvécio Marins Jr.

### LONGAS

Mutum – Sandra Kogut

Abril Despedaçado – Walter Salles

Tapete Vermelho – Luís Alberto Pereira

Pequenas Histórias – Helvécio Raton

## Cineclubes para todos

Para que as cidades não dependam de exhibições esporádicas, a equipe do Cinema no Rio tem outra função. Incentivar os municípios por onde passa a terem o seu próprio cineclubes. Não é muito difícil de fazer. Basta um lugar, aparelho de DVD, projetor, um telão ou só uma parede mesmo, onde os filmes possam ser projetados. Na maioria das vezes, as prefeituras ou escolas já possuem esse material.

A parte um pouco mais difícil é receber as cópias dos filmes a serem exibidos. As cópias podem ser caras, mas existem alguns órgãos que emprestam os filmes de graça ou bem baratinho. Só que para conseguir pegar as cópias é preciso ter CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. E para manter esse cadastro, alguns impostos precisam ser pagos. Mas também tem um jeito de amenizar isso: fazendo uma associação. Existem diferentes

tipos de associação. De maneira geral, elas são a reunião de duas ou mais pessoas que possuem um interesse comum. Sem fins lucrativos, o seu patrimônio é constituído pela contribuição de associados ou doações. Uma associação tem um CNPJ e paga menos por isso.

Rafael Soares, membro da equipe do Cinema no Rio responsável por disseminar essa idéia, procurou entrar em contato com as secretarias de cultura ou prefeituras das cidades por onde o projeto passou. Algumas cidades, como Pirapora, se mostraram bem animadas e dispostas a montarem o cineclubes. Outras, nem tanto. ♦



Mas não são só as prefeituras que podem tomar a iniciativa. Você também pode. Mande um e-mail para a equipe do Cinema no Rio – [contato@cinear.com.br](mailto:contato@cinear.com.br) – para saber como.

# Stop. A vida parou ou foi o automóvel?

EXEMPLOS DO COTIDIANO DE TRÊS BELO-HORIZONTINOS  
APONTAM PROBLEMAS DE MOBILIDADE URBANA NA CAPITAL

ÁRTEMIS BRANT E THAIS MARINHO  
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

“Menina, por que tiraram essa linha de ônibus no domingo? Demorava tanto, e agora nem tem mais”. Você já ouviu alguma frase parecida, seja dentro do ônibus, seja numa conversa de portão. A verdade é que tanto um engenheiro, como o pessoal lá da prefeitura, ou até mesmo você no seu bairro, discutem os problemas para se deslocar na cidade. E não é que todo mundo tem na ponta da língua o que é preciso fazer? Mas então por que o trânsito continua ruim, os ônibus lotados e com tão pouca opção de transporte público? Enquanto a coisa não anda nem desanda, Andrés, Luandas e Dianas se aventuram diariamente pelo trânsito da Grande BH.

## BI-BI

Os seus problemas podiam estar aqui nestas páginas. Resolvemos não ir longe pra contar o primeiro caso. Diana Caldeira Brant é irmã de uma das repórteres e podia ir de ônibus para o trabalho. Mas o ponto não é tão perto da sua casa – são seis quarteirões na subida – e ela ia ter que enfrentar de uma a duas horas de trânsito – provavelmente em pé. Não tem pra ônibus nenhum. O carro ganha fácil.

O engenheiro de tráfego, David Magalhães, afirma que cerca de 30% dos domicílios da Região Metropolitana de Belo Horizonte possuem carro. “Quem tem o mínimo de dinheiro pra ter um carro não anda de ônibus. Nós temos um congestionamento causado por carros na cidade”, diz David, que também é subcoordenador do Mestrado em Geotecnia e Transportes da UFMG. É, o transporte público não é mesmo muito atrativo. Mas andar de carro por BH também não é tarefa fácil.

Diana, que mora no Planalto, Região Norte de BH, poderia fazer dois caminhos para chegar ao trabalho, na Barroca, Região Oeste de BH: ir pela Avenida Antônio Carlos ou cortar caminho pelo Bairro Padre Eustáquio. A primeira opção é um trajeto mais curto, mas o fluxo de carros é tão grande que ela chega a levar cinquenta minutos na “viagem”. Já no segundo caminho, são só trinta minutos. Essa história se repete por quase todas as grandes vias da cidade.

Aliás, é justamente “Corta-caminho” o nome de uma das propostas da prefeitura para melhorar o trânsito. “É um projeto de complementação de via. Metade do pessoal que passa no centro não está querendo ir pra lá, mas pra outro lugar. Então, é importante criar ligações

entre as várias regiões da cidade que não passem pelo centro”, afirma o gerente de Coordenação de Mobilidade Urbana da BHtrans, Rogério Carvalho. Devem ser gastos R\$ 6 bilhões com as intervenções. Só que ampliar ruas e avenidas não resolve o problema, admite Rogério. Ele explica que é preciso “priorizar o pedestre, incentivar o uso da bicicleta e dar um salto na qualidade do transporte público”.

Você acha que a vida de quem anda de carro é fácil? Nada disso. Diana tem que pegar um caminho mais longo para chegar ao trabalho



FOTO 1

David Magalhães coordena uma pesquisa que estuda a possibilidade de duas medidas: incentivar o uso de bicicletas e implantar um micro-ônibus mais confortável. Mas também um pouco mais caro. A passagem poderia chegar a uns R\$5,00. Esse é o preço do conforto de viajar sentado, com ar-condicionado, e poder descer fora do ponto. “O que é melhor: colocar 20, 30 pessoas dentro de um ônibus desse ou cada uma dessas pessoas vir no seu carro? O que é mais agressivo para o trânsito de maneira geral? O carro, claro”, afirma David.

E será que a Diana deixaria o carro em casa se tivesse um transporte coletivo melhor? “Com certeza. Querendo ou não, se você tem um carro próprio o seu custo fica muito maior. Mas tem que ser um transporte bom. Num é nada parecido com o que a gente tem hoje não”, afirma, rindo.

### PEDAL E DUAS RODAS

“Descia pelo passeio na Av. Antônio Carlos. Olhei o sinal. Verde para o pedestre. Eu como sempre no lugar deles, né. Atravessei e vinha uma moça distraída. Desviei, quando... ihhh. Batida de bicicleta. Caí. Rapaz, ralei todo. O outro acidentado se machucou mais que eu, acho que teve um corte. Nada de muito grave. Mas a minha bicicleta, essa sim, empenou a roda, arrebentou cabo. Dessa vez tive muitas despesas com a manutenção, viu”.

Quem conta o caso é André Calazans, aluno do curso de História da UFMG. André estuda à noite e para se livrar dos congestionamentos, dos ônibus lotados, e ain-

da para economizar, vai para a faculdade de bicicleta. O pequeno acidente que descreveu foi há um tempo, no caminho para a UFMG. Não é comum ver uma batida entre bicicletas. Na verdade não é nem muito comum ver pessoas pedalando por BH. Esse incidente mesmo já nos dá uma dica do porquê. Mostra a aventura que pode ser percorrer as ruas da cidade sobre duas rodas. Falta de um tudo, ciclovias, segurança. E quem, mesmo assim, decide pedalar, tem que encontrar maneiras de desviar dessas dificuldades.

André, em seu percurso diário, pedala cerca de 3,5Km de sua casa, no bairro São Luiz, Região da Pampulha, até a UFMG. Não tem nenhuma ciclovia. E na falta dela, prefere andar pela calçada. “Não dá para andar no meio da rua, não. Tem muitos riscos. Creio que atrapalha algumas pessoas. Já levei muito xingo. É chato para elas ter que ficar desviando de bicicleta. E, para mim, ter que ficar desviando delas. Mas é minha segurança. Motorista não está nem aí pra gente”. Belo Horizonte, de acordo com os dados da BHtrans, tem apenas 22Km de ciclovias.

O projeto Pedala BH, que faz parte do pacote para a Copa de 2014, prevê que até 2012 esse número suba para 80km. Porém, uma das avenidas percorridas por André, a Antônio Carlos, apesar de estar no meio de uma grande reforma, não vai ganhar um espaço para os ciclistas. A avenida, que é um dos grandes corredores da cidade, também leva ao Mineirão e não está nem entre as rotas previstas para 2012. A proposta é que sejam implantados aproximadamente 345 quilômetros de ciclovias na cidade até 2020. Em 2009, 20 km.

“O pessoal fala que BH tem muito morro, que vai chegar suado no trabalho. Mas todos pensam assim? Imagine que 20%, 30% da população se interessasse. Será que já não se justifica?”, comenta David Magalhães. Ciclovia é a segunda proposta de curto prazo do engenheiro. Uma das ideias é a criação de um sistema público de empréstimo de bicicletas.

Às vezes, como em dias de chuva, André decide ir a pé. Ele até que não encontra muitos problemas. As calçadas por onde passa estão em bom estado. Mas não é sempre assim. Buracos, canteiros de obras e degraus são fáceis de encontrar. Na região central, a situação é um pouco melhor, mas nos bairros é comum o morador querer fazer de seu passeio um belo jardim ou colocar ali uma ardósia bem escorregadia para revestir o chão.

A professora da Escola de Arquitetura da UFMG, Beatriz Couto, chama a atenção para isso. Em Belo Horizonte, as calçadas, vias de tráfego do pedestre, são responsabilidade do morador, e não do poder público. Então você pode colocar o que quiser. O que dificulta, e muito, a vida de quem passa por ali a pé. Liane Nunes, coordenadora da Organização Não Governamental Rua Viva, explica: “é preciso pensar em políticas públicas para se ter uma rede de calçadas prioritárias, com calçamento adequado, iluminada”.



André encara o desafio de andar de bicicleta pelas calçadas de Belo Horizonte

FOTO 2

## VAI UMA LATA DE SARDINHA AÍ?

Entra no ônibus, paga passagem. Aqui ainda vai sentada. Alguns minutos depois, desce na estação do metrô. O ônibus chega. Entra, paga passagem. Daqui em diante só em pé. E dá-lhe congestionamento. Vários minutos depois, desce de novo do ônibus no Anel Rodoviário e espera. Passa um, mas nem para. Tá cheio. Outro. Segue direto. O quinto para. Entra, paga passagem. Dessa vez vai em pé e espremida. Dá o sinal. Ufa, enfim na UFMG.

Luanda Queiroga vive quase uma saga pra chegar à Universidade, onde cursa o sexto período de Psicologia. São mais de três horas dentro de ônibus por dia. Fora o dinheiro que ela gasta com as passagens. Você pode pensar que Luanda deve morar em algum município distante, na Grande BH. Que nada. Ela mora no Bairro Jatobá, região do Barreiro.

Para tentar resolver o problema dos ônibus em BH, Rogério Carvalho, da Bhtrans, afirma que a Prefeitura vai investir em um sistema chamado BRT, sigla em inglês que significa Trânsito Rápido de Ônibus. São ônibus que funcionam de forma muito parecida

com o metrô. Existem estações, onde você paga a passagem do lado de fora e os ônibus andam em pistas exclusivas.

Segundo Rogério, esse sistema teria capacidade parecida e quase o mesmo conforto que o metrô, por um preço muito menor. A previsão é que em 2012 o BRT esteja pronto nas avenidas Antônio Carlos e Pedro II. David Magalhães acha que isso deixaria sim o transporte público mais eficiente, mas não resolve o principal problema que é diminuir o número de carros que circulam pela cidade.

Nos fins de semana, Luanda não costuma sair muito, mas quando sai é quase sempre pra longe do seu bairro. “Tudo mais interessante tá longe de casa”, afirma. Quando a gente fala de deslocamentos, um fato importante é a descentralização de serviços e empregos. Quanto menos você precisar sair do seu bairro para comprar alguma coisa, trabalhar ou estudar, menos trânsito na cidade. Só que essas são medidas de longo prazo. “Pra descentralizar as atividades depende de planejar uso do solo, fazer plano diretor, políticas de crescimento imobiliário, incentivos do governo...”, explica David. ♦

Espremida e em pé. É assim que Luanda vai para a faculdade todos os dias. São três ônibus diariamente

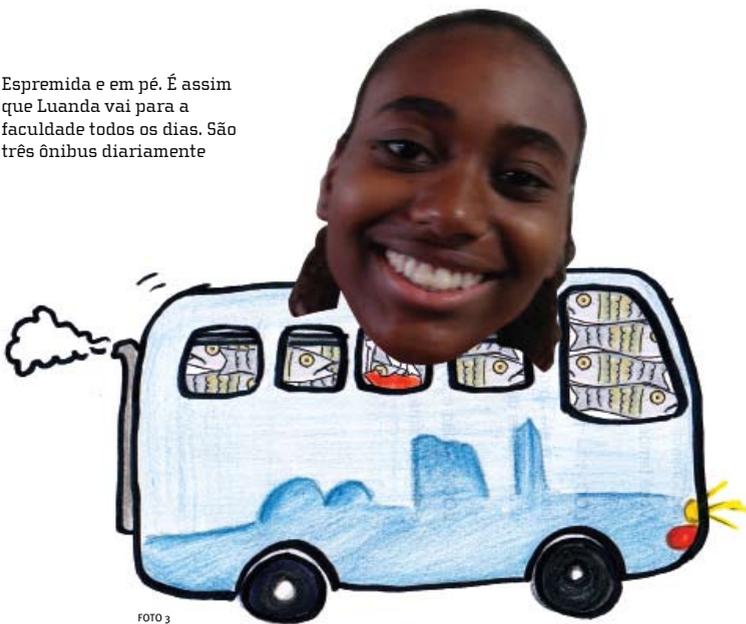


FOTO 3

## Para lugar nenhum

A vida de Diana, André e Luanda poderia se tornar mais fácil com outro meio de transporte: o metrô. Ele não aparece nos casos dos personagens por que Belo Horizonte só tem uma linha, que vai do bairro Água Branca, em Contagem, à Av. Vilarinho, na região de Venda Nova em BH. Apesar de viver sempre lotado – são 160 mil passageiros todos os dias, segundo dados da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) –, o metrô só atende uma pequena parcela da população da capital. Enquanto, em 2007, os ônibus atenderam cerca de 37 milhões de passageiros por mês, o metrô levou mais ou menos 3,3 milhões de pessoas, segundo dados da Bhtrans.

Você já deve ter escutado alguma coisa sobre as obras do metrô. Mas por que essa linha e todas as outras linhas que deveriam ter em BH não saem? Boa pergunta. A Bhtrans diz que é muito caro. Enquanto para a implantação do BRT gastaria R\$ 5 milhões por quilômetro, para o metrô seriam necessários R\$ 100 milhões, segundo Rogério Carvalho. O fato é que o metrô de Belo Horizonte está virando lenda urbana.

# Tiro de festim

POUCO FREQUENTE, DESVIO DE ESGOTO PARA O ARRUDAS NÃO É CAUSA DE MORTANDADES DE PEIXES, SEGUNDO COPASA

FILIPE MOTTA  
Estudante de Comunicação Social da UFMG

- Por que a Copasa não havia se manifestado sobre o *by pass* anteriormente?

- Como é que é o negócio?

- Por que a questão do *by pass* não havia sido manifestada anteriormente? Por que só agora isso foi tornado público?

- Ah, não... Não vou conversar isso por telefone. É um assunto muito sério. E outra coisa: essa entonação sua, não é nada disso! Ela sempre foi pública. Não vou conversar sobre isso agora, não.

O repórter se faz de bobo e insiste mais um pouco:

- Pra resolver o problema, vocês têm alguma proposta...

- ...não vou conversar sobre isso com você. Não vou. Vocês fizeram uma coisa ridícula, extremamente feia. Eu podia entrar na Justiça contra vocês. Não vou conversar sobre isso.

Essa conversa não é ficção. É do início de novembro, e diz respeito a outra história, que começou muito antes. Para quem não se lembra, na edição passada publicamos uma nota sobre o desvio que se faz do esgoto que chega a uma estação de tratamento (ETE) para um rio, o tal do *by pass*. Mais especificamente, da ETE Arrudas para o ribeirão de mesmo nome, que deságua no Velhas. O texto foi feito com base na fala da superintendência da Copasa, responsável pela estação, que havia dito sobre a existência do procedimento. De lá pra cá, o pau comeu para todos os lados e resolvemos passar a história a limpo. A Copasa abriu a caixa preta do *by pass* e provou que o Projeto Manuelzão estava equivocada ao responsabilizá-la de antemão.

Além de ser de desconhecimento da coordenação do Projeto Manuelzão, o grande problema envolvendo o *by pass* seria sua possível relação com casos de mortandade de peixes no Rio das Velhas, segundo observa o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, Rogério Sepúlveda. Após períodos de estiagem, quando a chuva cai, a enxurrada tende a lavar toda a poluição das ruas – como óleos, graxas e poeira –, agrotóxicos das lavouras, além de resíduos de mineradoras para o rio. É a chamada poluição difusa. O pesquisador do Núcleo de Estudos Transdisciplinares da Bacia do Rio das Velhas, Carlos Bernardo Mascarenhas, explica que o *by pass* poderia se aliar a essa poluição e contribuir para o aumento da ins-

tabilidade do ecossistema Velhas. Instabilidade essa que tem causado mortandades de peixes, por meio da redução brusca da taxa de oxigênio da água. Só esse ano, foram 3 casos de mortandade.

## NÃO É ELE

O problema poderia ser o *by pass*. Poderia. Até 2007, em dias de chuva intensa, os tubos interceptores que levam os efluentes para ETE Arrudas sofriam um inchaço de volume. Além da carga normal, recebiam lama e água da chuva, que ao invés de ir para a rede pluvial iam parar na rede de esgoto. Um aumento de cerca de 50% na vazão. A possibilidade da entrada desse material na ETE representava risco de quebra do sistema. Para evitar problemas, todo o esgoto era desviado e caía direto no Velhas. Um procedimento de *by pass* costumava durar no máximo uma hora, tempo para chuva reduzir e o volume de efluentes voltar ao normal.

Com o funcionamento do programa Caça-Esgoto, bancado pela Copasa, em cooperação com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), tem sido feita a instalação de tubulações que levam o esgoto para as ETEs da capital, os interceptores. Ao mesmo tempo, ligações clandestinas de água pluvial na rede de esgoto têm sido coibidas. Hoje a ETE-Arrudas não faz mais *by pass* em dias de chuva. Ainda há episódios do procedimento devido à problemas operacionais ou falta de energia. Mas só foram dois



casos em 2008, ambos em julho, período de seca. Mesmo número de 2009, quando ocorreram em janeiro, período chuvoso.

A Copasa ainda admite que houve lançamento de esgoto no Arrudas no início de janeiro deste ano, devido à ruptura dos interceptores da margem direita do rio por conta das chuvas fortes de 31 de dezembro de 2008. Mas os dois casos estão distantes da primeira mortandade de peixes de 2009, que só ocorreu no mês de maio.

### CANO ERRADO

Se o caso do *bypass* não é bem um problema, ele acaba chamando a atenção para um “de verdade”, que é a destinação das águas de chuva que saem das construções de Belo Horizonte. Rogério lembra que a responsabilidade pela gestão dos efluentes é da Copasa, já que ela faz o fornecimento da água que, mais tarde, se “transforma em esgoto”. Cabe à Prefeitura a gestão das águas das chuvas.

Só que ela não tem a dimensão precisa de irregularidades no lançamento da água pluvial. Isso é considerado responsabili-

dade da Superintendência de Desenvolvimento da Capital, a Sudecap, e da Secretaria de Regulação Urbana. É na Sudecap que as grandes construções têm os projetos pluviais aprovados e fiscalizados. A coordenadora do Plano de Direção de Drenagem do órgão, Ilda Aguiar, acredita que nos grandes empreendimentos há poucas chances de lançamentos indevidos, e que tem havido o cumprimento da regra.

Já as construções de pequeno e médio porte, recebem um parecer – o habite-se – da Secretaria de Regulação Urbana, que dá baixa nas obras concluídas. Para uma construção receber o habite-se, a não existência de lançamentos irregulares é justamente um dos pontos fiscalizados. O problema é que essa fiscalização é visual, enquanto quase sempre as tubulações de água irregulares é subterrânea. É o que a admite a gerência de controle urbano da Secretaria. Com a falta de pessoal, as fiscalizações posteriores são escassas e também feitas no olho.

A coisa só não está feia devido ao programa Caça-Esgoto. Por conta dele, as

edificações com irregularidade recebem visitas de um técnico que busca resolver o problema como dono. Quando o problema não é solucionado, a Copasa comunica a prefeitura, que pode multar o proprietário. O Caça-Esgoto foi criado em 1999 e teve sua ação incrementada a partir de 2007. Até agora, dos cerca de 50 mil endereços visitados pela Copasa, cerca de 25 mil resultaram em diagnóstico e retirada de lançamentos irregulares. Cinco casos foram parar na Justiça e só um ainda não foi resolvido.

Achar quem está com a mão amarela não é muito difícil. Basta ir atrás de um outro problema. Quando chove, o sistema de esgoto que recebe água de chuvas congestionada e com isso pode acontecer o famoso refluxo, com a meleca voltando pelo caminho que seria de ida. Dá sempre dor de cabeça, com direito à prejuízo para quem ocupa o imóvel ou é vizinho dele. A Copasa usa o refluxo como pista das irregularidades. ◆

Em casos de falta de luz, problemas técnicos ou riscos ao funcionamento da estação de tratamento [1] - como a chegada de descargas de óleo pelos interceptores [2] - o sistema informatizado da Copasa faz o desvio [3] do esgoto diretamente para o Arrudas. Segundo a Copasa, o procedimento ocorreu duas vezes em 2009

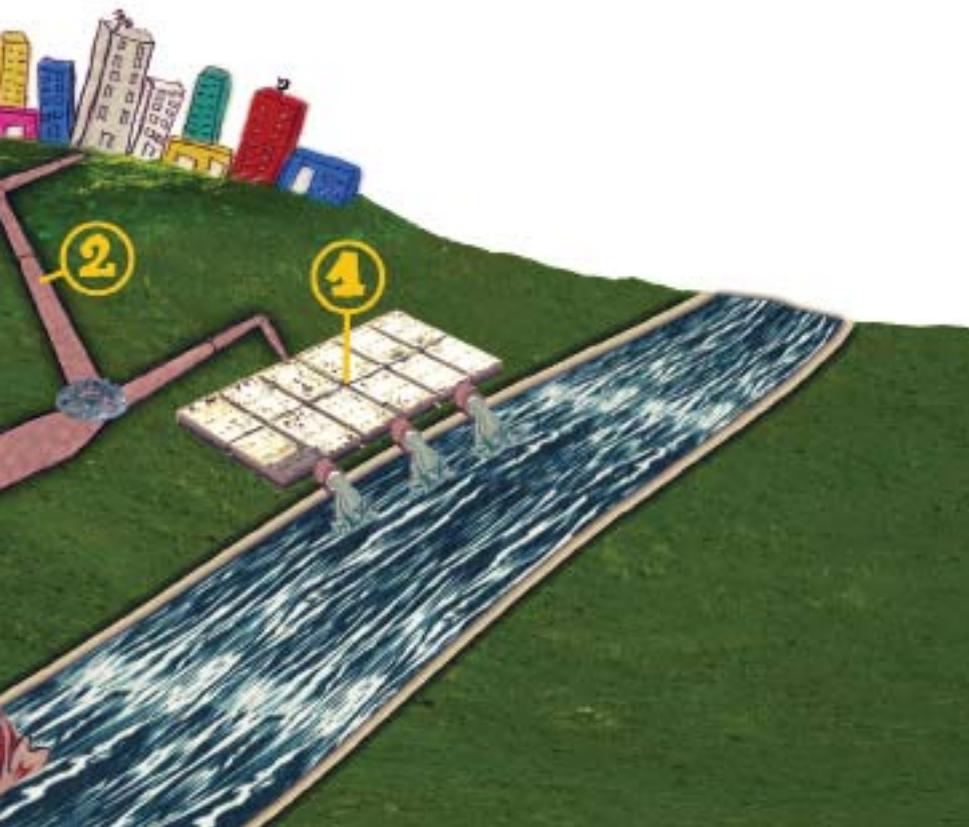


ILUSTRAÇÃO: EDUARDO FELIPPE

### Outros caminhos para água da chuva

Além do combate aos lançamentos irregulares da água de chuva, existem alternativas para ela. Como a implementação de sistemas para infiltração da água no lençol freático, ao invés de se encaminhar a maior parte para o rio.

Podem ser desde canaletas de rua recobertas com brita, que absorvem a água, ao invés de fazê-la escorrer para bueiros, até o uso de “buracos” não impermeabilizados, nas áreas não ocupadas das construções. São as trincheiras de retenção e os vales de retenção. Esses mecanismos já se encontram em testes em Belo Horizonte. Ilda, da Sudecap, prevê que eles estejam presentes nas obras da PBH a partir do próximo ano. Ainda falta capacitação dos profissionais de engenharia, que ainda apresentam resistência a essas novidades.

# Rede é gol

PARCERIAS ENTRE DIFERENTES ATORES SOCIAIS  
PODEM CONTRIBUIR PARA ATINGIR INTERESSES COMUNS

JESSICA SOARES  
Estudante de Comunicação Social da UFMG

**D**ia de clássico. O Mineirão vibra com o barulho das torcidas adversárias. Cada passe aumenta a tensão, cada gol faz tremer o estádio. Ambos desejam a vitória, mas não querem que o outro desapareça – o que seria do Atlético sem o Cruzeiro? “O que mantém a vibração é essa concorrência, essa ‘luta’ de interesses, é isso que atrai mais pessoas”, diz o professor do Departamento de Ciências Administrativas da UFMG, Francisco Vidal. Não, ele não é especialista em esportes, mas usa a analogia para explicar que quando se fala de parcerias a coisa não é diferente.

O que uma pessoa sozinha não consegue fazer é muitas vezes possível através da complementação de esforços em parceria com outros. Estabelecer parcerias e redes é uma forma de atingir interesses comuns e melhorar resultados. E essa ajuda não é apenas financeira: podem ser recursos humanos, materiais, tecnológicos, estratégicos e intelectuais.

Como tentativa de estabelecer compromissos com a mudança de mentalidade ambiental, o Projeto Manuelzão, por exemplo, tenta abrir o leque de parcerias para incrementar a rede socioambiental da Bacia. São muitos atores em campo. As relações são firmadas entre instituições e os setores privado e público. Vamos à escalação do time.



ILUSTRAÇÕES: FÁBIO MEGALE

## SETOR PÚBLICO

As ações junto ao Estado procuram estimular o desenvolvimento de políticas públicas que contribuam para a revitalização da Bacia do Rio das Velhas. Enquanto cobra a execução dessas medidas, o Projeto organiza e incentiva mobilização, educação e pesquisa.

Um convênio assinado em agosto deste ano com o Ministério Público de Minas se baseia nesse tipo de acordo. Com essa parceria, a Promotoria de Justiça de Defesa do Rio São Francisco – regional Bacia do Rio das Velhas e Paraopeba – se compromete a agilizar processos legais relacionados à Meta 2010 – navegar, pescar e nadar no Rio. Fica sob responsabilidade do Manuelzão situar os principais problemas relacionados ao descumprimento da legislação ambiental dentro da Bacia. O Projeto também fornece apoio técnico e pareceres qualificados para apoiar ações, quando requisitado.

São firmadas também parcerias com escolas, instituições de ensino e de pesquisa. Elas auxiliam em projetos de educação e gestão ambiental nas escolas. A parceria com o curso de Biologia da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo vai auxiliar no monitoramento do curso d'água. Sua localização em um ponto central da Bacia ajuda a identificar mortandades mais efetivamente. O coordenador do Projeto Manuelzão, Marcus Vinícius Polignano, aponta que o apoio institucional é importante porque fortalece as relações dentro da Bacia ao permitir uma maior capilaridade e versatilidade das ações.

## SETOR PRIVADO

O professor Francisco explica que parceria pressupõe lidar com iguais, ou relativamente iguais, onde ambos têm interesses parecidos. Até por isso faz sentido a associação: competem em um setor, mas se ajudam em outro. “Não quero que o outro seja destruído, porque senão sou destruído também”, completa.

No entanto, muitas vezes o que observamos são parcerias entre atores sociais que têm aparentemente posicionamentos muito distintos. Segundo o também professor do Departamento de Ciências Administrativas da UFMG, Ivan Beck, isso não necessariamente impossibilita uma parceria. “Pode significar democratização, que a empresa é aberta”, diz. É essa abertura, principalmente de diálogo, que defende Polignano.

Mesmo que os interesses pareçam contrários, não precisa necessariamente sair para o ataque. Acordos com empresas desse tipo são possíveis, e o que se tem na verdade é uma rede de relações. Como toda ação humana promove algum tipo de alteração no ambiente, o envolvimento das empresas que atuam na região da Bacia é necessário para solucionar os problemas.

Grande parte das empresas de mineração, como a Vale, tem um grande passivo com as barragens de rejeitos, e uma das preocupações é evitar que os efluentes dessas barragens caiam diretamente no curso d'água. Um dos acordos que o Projeto estabelece com essas empresas prevê o controle mais efetivo desse material, adequando a descarga no Rio das Velhas para atender os padrões da Meta 2010.

Segundo Polignano, muitas pessoas entendem discordância como uma incompatibilidade total, mas isso não é verdade. “O Projeto sempre tentou seguir pelo caminho do diálogo. A ideia não

é apontar o dedo responsabilizando um setor específico, mas tentar estabelecer meios que venham a construir uma nova proposta, a construção de um novo modelo”, diz.

A parceria não significa uma adesão completa de intenções. Exige transparência e espaço para se encontrar pontos em comum, estabelecer acordos, e discutir aquilo em que há discordância para tentar resolver problemas. O que nem sempre é simples. “Às vezes o parceiro não entende a crítica como propositiva”, conta.

Apesar disso, ele defende que a parceria dá possibilidade às empresas de demonstrar um compromisso de mudança de atitude. “A questão socioambiental mudou. A empresa não pode mais se impor como fazia anos atrás, sem diálogo e compromisso com o resultado do dano ambiental. Hoje a sociedade está muito mais vigilante do processo”, afirma Polignano.

## SOCIEDADE CIVIL

Francisco Vidal conta que estabelecer redes e associações é fundamental. E muitas vezes as redes informais são mais interessantes que aquelas baseadas em contratos. Cada pessoa tem muito conhecimento. Polignano afirma que a sociedade civil representa um elo forte para construção da rede de compromissos necessária para promover mudanças. “Os Núcleos foram fundamentais para conseguir instrumentalizar a ação civil e ainda são a nossa grande mola propulsora junto à sociedade”, completa.

A maioria dos chamados Núcleos Manuelzão funcionava antes como associações comunitárias ou mesmo organizações não-governamentais. Quando o Manuelzão foi criado, em 1997, foi proposta uma parceria com esses grupos já atuantes e incentivada a formação de novos. São organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, agrupados de acordo com a lógica de bacia hidrográfica. Isso permite que todos se identifiquem com o curso d'água ao qual estão mais próximos e funcionam como multiplicadores locais do Projeto.

Outros importantes jogadores em campo são os Amigos do Rio, verdadeiros guardiões. Desde 2007 eles integram uma rede de Monitoramento Ambiental Participativo formada por habitantes ribeirinhos que moram em 33 pontos ao longo do Rio das Velhas que são responsáveis por monitorar alguns parâmetros básicos de qualidade das águas. Isso ajuda a fechar mais o cerco nas fontes de degradação, tornando a comunicação interna eficaz e o Projeto mais presente. ●

Setor público, privado ou sociedade civil. Não importa o time, todos podem jogar juntos



## Enquanto é tempo

O movimento pela preservação da Serra da Gandarela elaborou um abaixo assinado pela criação de um parque nacional na região. Para quem não se lembra, a Serra da Gandarela é uma grande área localizada próxima a Belo Horizonte, entre os municípios de Caeté, Santa Barbara, Barão de Cocais, Rio Acima, Itabirito e Raposos. A Gandarela é umas das principais partes da Área de Preservação Sul, a APA Sul, criada para preservar os mananciais que abastecem a Região Metropolitana e que fornecem água para as

bacias do Rio das Velhas e do Rio Doce. Além do futuro do abastecimento das duas bacias, a proposta de se instalar uma mineração de ferro pela Vale, ameaça a existência de um ecossistema complexo, numas das poucas áreas preservadas da região central de Minas. O abaixo assinado pode ser encontrado no nosso site: [www.manuelzao.ufmg.br](http://www.manuelzao.ufmg.br). O material pode ser entregue na sede do Projeto Manuelzão: Avenida Alfredo Balena, 190, 8º andar, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30130-100 .

FOTO: MARCELO ANDRÉ



Nova portaria do IEF abre exceções e permite que algumas espécies sejam pescadas durante a Piracema

## Deixa o peixe nadar!

Já estamos no período de Piracema, que vai do dia primeiro de novembro até 28 de fevereiro. Época em que os peixes sobem as cabeceiras dos rios para se reproduzirem. E é para proteger os peixes durante esse período que, em Minas Gerais, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) baixa, todo ano, uma portaria proibindo a pesca. Mas a portaria deste ano, a 199, tem novidades. A pesca continua proibida, mas com algumas exceções. É permitida a captura das chamadas espécies alóctones, que são os peixes vindos de outras bacias hidrográficas, e também das espécies exóticas, vindas de outros países. Além disso, fica liberada também a pesca dos peixes híbridos, resultantes do cruzamento entre duas espécies, e de algumas espécies nativas, como a piranha. Mas fique atento! Só pode pescar quem tiver carteirinha, a licença concedida pelo IEF ou pelo Ibama. São três tipos: licença de pesca amadora, para os que pescam por diversão; de subsistência, para os que usam o peixe na própria alimentação; e a do pescador profissional, que tem o peixe como fonte de renda. No Velhas, muitas pessoas utilizam o peixe como complemento alimentar, mas quase nenhuma possui a carteirinha.

## E o que mais?

Que em outubro o Presidente Lula passou uma semana pelas obras da Transposição, todo mundo sabe. Fez campanha eleitoral para presidenciáveis de todas as bandas. A ministra Dilma Rousseff, Ciro Gomes, mentor das obras, e Aécio Neves, inclusive. O que eles não disseram é que a Agência Nacional das Águas (ANA) identificou uma realidade crítica. A atualização do Atlas Nordeste aponta problemas de abastecimentos em 73% dos 1892 municípios da região. A grande maioria deles não receberá uma gota da trasposição. Existe o risco de que a água da transposição não chegue em quantidade suficiente às zonas urbanas previstas. Para sanar o problema seria necessário investir pelo menos 9,2 bilhões de reais em obras complementares, quase o dobro do orçamento previsto para a transposição do São Francisco. O Atlas do Nordeste propõe uma gestão que possibilite uma gestão dos recursos hídricos. Desde a criação de cisternas, implantação de serviços de abastecimento de água em pequenos municípios, até a ligação dos grandes açudes a regiões com déficit hídrico. Para isso, o Ministério da Integração Nacional teria que construir uma proposta de criação de um órgão responsável por acompanhar, fiscalizar e administrar o uso das águas da transposição. Vinculada ao órgão haverá uma empresa responsável pela operação e manutenção dos canais da transposição, como abertura e fechamento de comportas. Até agora nada. Só esperando pra ver no que vai dar!

O tom otimista da visita do Presidente Lula e de possíveis presidenciáveis às obras da transposição não condiz com previsão de gastos



FOTO: RICARDO STUCKERT/PR

# Causos do mestre

UM DOS GRANDES MESTRES DE FOLIA, NELSON JACÓ DEIXA LEMBRANÇAS QUE MARCARAM A TRADIÇÃO CULTURAL MINEIRA

ANNA CAROLINA AGUIAR,  
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Nelson Jacó era um grande artista da cidade de Jequitibá, capital mineira do folclore, onde viveu os últimos de seus 78 anos. Mestre de folia, violeiro, contador de histórias. Nasceu em Santana do Pirapama, morou em Guarã e, há nove, quase dez anos, foi pra Jequitibá. Não ia no portão de casa sem colocar seu chapéu. Não gostava que seu cabelo crescesse muito. Comprava os panos e mandava fazer as roupas com as quais se apresentava, do jeitinho que queria. Se casou com Dona Terezinha, 20 anos mais nova. Deixa três filhos e três netos, um com poucos meses de vida. É lembrado pela mulher com um carinho apaixonado e, pelos filhos, com uma grande admiração.

Desde pequeno, Seu Nelson já tinha um gosto pela folia. Aos nove anos, aprendeu a tocar a caixa, um tipo de tambor que acompanha os foliões nos festejos. Com 12 anos, começou a aprender viola com seu pai. Desde então, seu interesse só cresceu. Sabia folias de nove santos diferentes, algo nada comum para outros mestres.

Os causos que contava, ou tinha visto, ou tinha ouvido dizer. Em 2008, se inscreveu no prêmio Talentos da Maturidade, do Banco Real. Sua filha, Ana Elza, lembra: “no ano passado eu falei com ele pra enviar algum conto para o Talentos da Maturidade. ‘Se ganhar, tudo bem. Se não ganhar, não tem nada a ver, não’. Porque ele fazia as coisas por gostar, não era por prazer de aparecer”. Seu conto “História dos macacos e o cavalo” ganhou o prêmio, proeza que muitos contadores só conseguiam depois de várias tentativas. No mesmo ano, passou dez dias em Portugal, se apresentando com Chico Lobo e Pedro Mestre. As apresentações estavam sempre cheias.

## E O CONTADOR VIRA CAUSO

Seu Nelson era uma pessoa muito tranquila, não guardava mágoa de ninguém. Até para chamar atenção dos filhos, era conversando. Seu amigo, Sinéas Martins Campelo, diz que ele nunca resolvia as coisas no tapa: “o sujeito podia fazer o que

fosse, ele continuava sempre muito calmo”. Ana relembra: “quando a gente era pequeno, até achava isso estranho”. Com os animais era a mesma coisa. Quando uma criação não queria ir pro pasto, ele esperava. Primeiro alisava as vacas, conversava com elas, depois tirava o leite.

Também era uma pessoa muito religiosa. Não levantava da cama sem rezar primeiro. Quando estava esperando sua filha Raquel, Dona Terezinha brincava que, se ela comesse a sentir as contrações e ele ainda estivesse deitado, ele ia rezar o terço todo antes de se levantar. E não deu outra. O marido demorou muito para sair do quarto quando estavam indo para o hospital. Ela mesma chamou o vizinho que iria levá-los pra lá.

O último causo que conta Dona Terezinha não é bem uma história. É da lembrança que fica. Ao se recordar de Seu Nelson, sorri, como uma menina que fala do seu primeiro namorado. “Uai, pra mim, não vai ter diferença não. Tá muito recente, né? Mais eu acho que não vou esquecer não. A memória dele prá mim é tudo”.

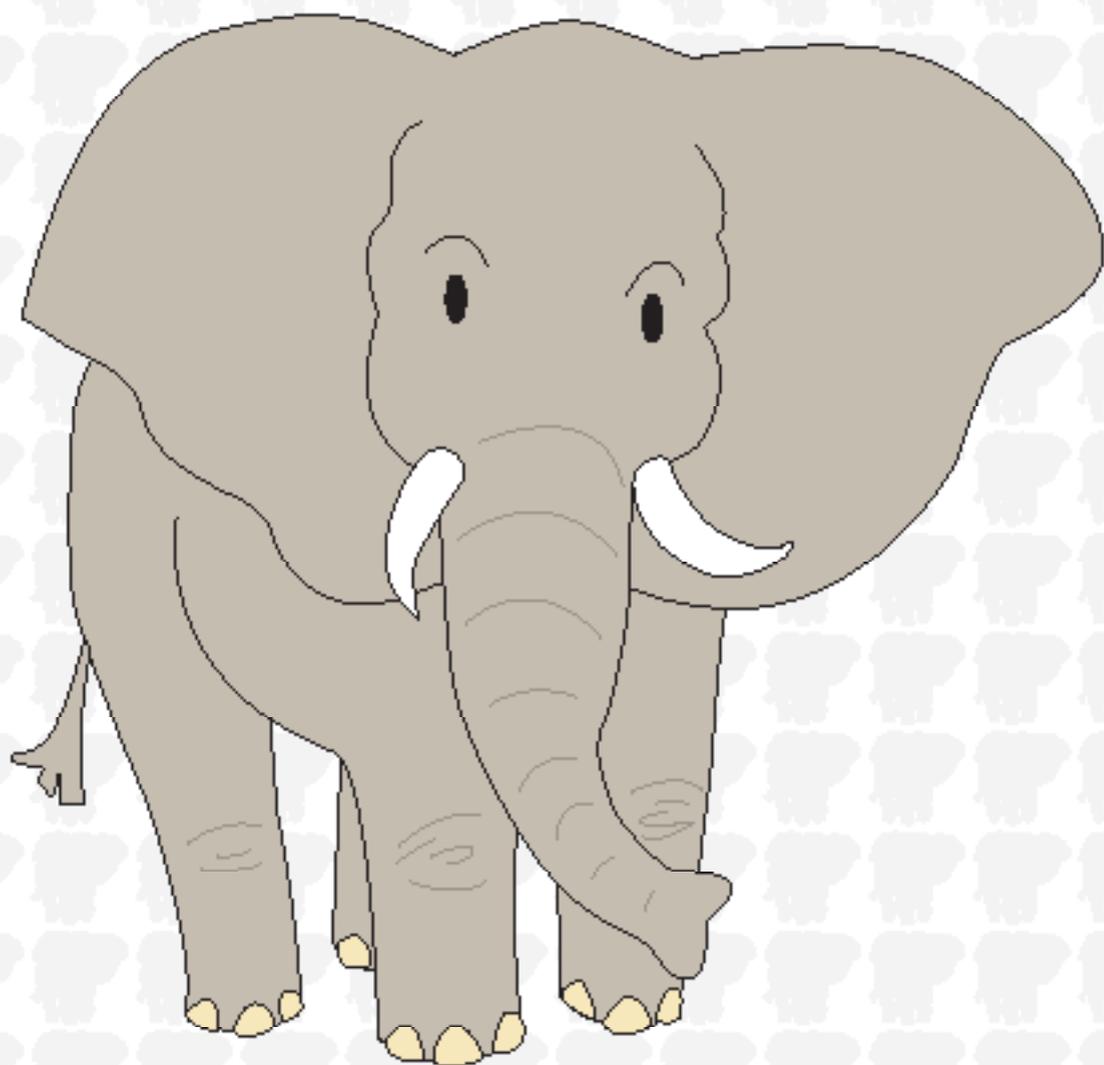
Ana se lembra que, quando pequena, costumava olhar para o céu e dizer para seu pai que queria ir ao fim dele, porque devia ser muito bonito. Seu pai dizia que o final era onde ela estava, e ela devia aprender a viver isso. Ela só foi entender depois de mais velha. ♦

“Ele era caladinho, na dele. Não era aquela pessoa que chegava no lugar chamando atenção”, conta Ana Elza, filha de Nelson Jacó



FOTO: DIANA GRANDBA

**Um elefante incomoda muita gente.  
Imagine mil.**



Cada pessoa produz diariamente uma média de quinhentos a oitocentos gramas de lixo. Em uma cidade como Belo Horizonte, são recolhidas cerca de quatro mil toneladas de rejeitos por dia, o que corresponde ao peso de mil elefantes adultos.

Esse grande volume de lixo produzido pode trazer problemas sérios para as cidades. Não carregue esse elefante nas costas. Você pode ajudar reduzindo a quantidade de lixo que produz, inclusive o consumo de materiais descartáveis. Reutilize embalagens, como garrafas e sacos plásticos. Recicle.

Mais informações: [www.manuelzao.ufmg.br](http://www.manuelzao.ufmg.br)

**MANUELZAO**  
Belo Horizonte, Belo Horizonte e Belo Horizonte são marcas registradas da UFMG

**Meta 2010**

